



DEFENSORIA PÚBLICA DO AMAPÁ
Rua Eliezer Levy, Nº 1157 - Bairro Centro - CEP 68900-083 - Macapá - AP - defensoria.ap.def.br

SOLICITAÇÃO - DPEAP/ESUDPE

AO DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ

PROCESSO SEI: 26.0.000003672-1

REFERENTE: A solicitação de contratação da Palestrante Flávia Cristina Piovesan para IV Semana Jurídica da Defensoria Pública

Dirijo-me a Vossa Excelência, com os cumprimentos de estilo, na qualidade de Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública do Amapá, para solicitar procedimento administrativo de contratação do Profa. Dra. Flávia Cristina Piovesan, com a finalidade de que esta possa atuar como palestrante na IV Semana Jurídica da Defensoria Pública do Estado do Amapá, que tem por eixo temático "Direitos Humanos, Inovação e Transformação Social", no dia 22 de maio de 2026, na qual esta fará aula sobre o tema: "Direitos Humanos e Novas Tecnologias".

A **IV SEMANA JURÍDICA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ** é uma iniciativa da Defensoria Pública do Amapá, organizada pela Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Amapá, com o objetivo reafirmar a Defensoria Pública do Estado do Amapá como instituição essencial à consolidação do Estado Democrático de Direito, instrumento legítimo de promoção da justiça social e de tutela dos direitos fundamentais. Busca-se, por meio de iniciativas educativas e comemorativas, exaltar a nobre missão dos Defensores Públicos, fomentar o aprimoramento técnico e humano de seus membros e fortalecer a integração entre as diversas esferas do sistema de justiça, de modo a ampliar o acesso à cidadania plena, a dignidade da pessoa humana e a proteção dos grupos em situação de vulnerabilidade.

Trata-se de um evento fixo no calendário da Escola Superior realizado anualmente sempre no mês de maio, por ser o mês em que se comemora o Dia da Defensoria Pública, da Defensora e do Defensor Público (19 de maio), reforçando o compromisso da instituição com a defesa dos direitos fundamentais, a promoção da justiça social e a proteção da dignidade humana. Este evento está consolidado, com um histórico de execuções exitosas. Lembramos que na edição de 2025, contou com a participação de doutrinadores Rogério Sanches, André de Carvalho Ramos, Pedro Coelho, Fillipe Nascimento, Soraia Mendes, Fernanda Evlaine, Flávio Martins, Allice Biachini e Daniel Amorim Assumpção Neves, reuniu mais de 140 participantes, entre estudantes de direito, professores, operadores do direito de um modo geral e defensores públicos, demonstrando a relevância e o alcance da iniciativa.

Segundo consta na proposta anexa, o valor de investimento perfaz o valor global de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, este montante engloba **somente os honorários, todos os custos inerentes à logística ficará a cargo desta Defensoria Pública**, quais sejam: passagens aéreas (São Paulo/Macapá/São Paulo), traslado, hospedagem e alimentação. O adimplemento ocorrerá mediante depósito em favor da **contratante Flávia Cristina Piovesan**. Conforme descrição dos dados bancários constantes na proposta

anexa.

A contratação da Doutrinadora justifica-se por múltiplos fatores de relevância institucional e acadêmica:

A Profa. Dra. Flávia Cristina Piovesan possui Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), onde também atua como professora nos programas de Graduação e Pós-Graduação. Em sua sólida trajetória de inserção internacional, a docente atuou como visiting fellow no Human Rights Program da Harvard Law School, no Centre for Brazilian Studies da University of Oxford e no Max-Planck-Institute na Alemanha.

Sua expertise transcende a academia, alcançando as mais altas esferas de atuação prática. A doutrinadora foi eleita para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (2018-2021), integrou o High Level Task Force da ONU para a implementação do direito ao desenvolvimento e exerceu a função de Secretária Especial de Direitos Humanos do Estado brasileiro. Sua vasta produção e sua linha de pesquisa concentram-se fortemente na proteção internacional e constitucional dos Direitos Humanos, tornando-a uma das maiores referências do país na área.

A missão constitucional da Defensoria Pública é, por excelência, a promoção dos direitos humanos e a defesa intransigente dos grupos em situação de vulnerabilidade. A vivência da palestrante na liderança de órgãos estratégicos, como o Conselho Nacional de Combate à Discriminação/LGBT e a Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), fornece um embasamento teórico e prático inestimável. A presença de uma jurista com tamanho compromisso histórico na defesa da dignidade da pessoa humana atende plenamente aos interesses institucionais de qualificar a atuação defensorial de nossos membros.

Quanto ao eixo temático da Aula Magna, "Direitos Humanos e Novas Tecnologias", a doutrinadora possui o repertório jurídico de vanguarda necessário para conduzir o debate contemporâneo. Suas pesquisas sobre a "Efetividade do Direito Público e Limitações da Intervenção Estatal" e o "Constitucionalismo Regional Transformador" permitem uma análise profunda de como a dogmática dos direitos fundamentais deve responder aos desafios impostos pela inovação tecnológica. A palestrante demonstrará como o princípio maior da dignidade humana deve pautar a revolução digital, cumprindo o objetivo central da IV Semana Jurídica de aliar "Inovação e Transformação Social".

Destaca-se que, sob a ótica educacional, viabilizar o contato de Defensores Públicos, servidores, operadores do direito e estudantes com doutrinas de tamanha envergadura é um marco para a Escola Superior da Defensoria Pública (ESUDEP). A contratação de uma jurista que ostenta inúmeros prêmios de excelência e condecorações eleva o patamar da IV Semana Jurídica. Tal intercâmbio garante não apenas a atração de um público massivo, superando os êxitos da edição anterior, mas também ratifica o compromisso desta Diretoria com a excelência na formação jurídica continuada, solidificando o papel da instituição como polo irradiador de pensamento crítico e aperfeiçoamento técnico no Estado do Amapá. O que está alinhado com as atribuições da Escola Superior previsto na Lei Complementar 121/2019 e com a função Institucional conforme previsto na Lei Complementar n.º 80/1994.

O valor dos honorários apresentados mostra-se compatível com a notória especialização do profissional, fundamentada em décadas de magistério, sendo o investimento plenamente justificado pela densidade do conteúdo técnico a ser transmitido.

De acordo com o Despacho exarado pelo Coordenador de Licitações, Contratos e Convênios, Sr. Bianor Monteiro dos Santos Júnior, no âmbito do Processo SEI n.º 26.0.000001959-2, foram comunicadas as contratações aprovadas no Plano de Contratações Anual – PCA/2026, vinculadas às demandas da Escola Superior.

Dentre as contratações aprovadas, constam as de n.º 43/2026 a 51/2026, destinadas à contratação de palestrantes, nos termos do art. 12, inciso VII, da Lei n.º 14.133/2021, que estabelece o Plano de Contratações Anual como instrumento obrigatório de planejamento, e da Portaria n.º 33/2024, que

disciplina o PCA no âmbito da Defensoria Pública do Amapá.

Assim, as presentes contratações encontram respaldo na **Contratação n.º 47/2026** – Contratação de Palestrante 05, aprovada no PCA/2026, assegurando a rastreabilidade, a governança e a conformidade com o planejamento institucional, conforme orientado pelo setor de licitações.

Diante do exposto, considerando a relevância do **IV SEMANA JURÍDICA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ** como instrumento de fortalecimento da imagem institucional e de promoção dos direitos humanos, a continuidade do projeto exitoso iniciado em 2022, a notoriedade e qualificação da profissional convidada, a compatibilidade do valor proposto e o devido amparo no Plano de Contratações Anual – PCA/2026, solicito a Vossa Excelência:

a) A autorização para deflagração do processo de contratação da Dra. Flávia Cristina Piovesan, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a título de honorários, não estão inclusos os custos com à **logística que ficará a cargo desta Defensoria Pública** ;

b) A vinculação da contratação ao n.º 47/2026 do PCA/2026 – Contratação de Palestrante 05;

c) O encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Licitações, Contratos e Convênios para as providências cabíveis à regular instrução processual, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e das normativas internas.

Respeitosamente, submeto à superior deliberação de Vossa Excelência.

Macapá/AP, data da assinatura eletrônica.

EDUARDO PEREIRA DOS ANJOS
Diretor da Escola Superior Defensoria Pública do Estado do Amapá



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Pereira dos Anjos, Defensor Público**, em 16/04/2026, às 20:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ap.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0211697** e o código CRC **BF5E48D**.